

Campanha Reivindicatória dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás

Contraproposta até o dia 20!

Após quatro reuniões, negociação com a Petrobrás e subsidiárias continua na estaca zero. FUP estabelece prazo até segunda (20) para apresentação da contraproposta

Praticamente um mês após a entrega da pauta de reivindicação dos trabalhadores, a Petrobrás e as subsidiárias (Transpetro, Refap e Petroquisa) iniciaram no último dia 01 a negociação do ACT 2004/2005. Após quatro reuniões, onde foram exaustivamente discutidos todos os capítulos da pauta, nenhuma contraproposta foi apresentada. As principais reivindicações da categoria permanecem sem resposta.

A empresa mantém as discriminações entre novos e antigos, ativa e aposentados e trabalhadores diretos e terceirizados. Não houve sinalização de avanços em relação à ultrapassada e ineficiente política de SMS responsável por índices alarmantes de acidentes, muitos deles sequer notificados nas CATs, como determina a legislação. A empresa também se nega a discutir a gestão da AMS pelos trabalhadores e não aceita ampliar os benefícios educacionais, nem estendê-los aos aposentados.

Mesmo com os excelentes resultados financeiros alcançados, a Petrobrás manteve-se calada até mesmo em relação ao reajuste salarial reivindicado pelos trabalhadores. Indignada, a FUP cobrou que a empresa apresente uma contraproposta até segunda-feira (20), respondendo todas as reivindicações da categoria.

A Federação indicou aos sindicatos que realizem setoriais para intensificar a mobilização dos trabalhadores em torno das bandeiras de luta da campanha. As reuniões, além de manterem a categoria informada sobre a negociação, irão também discutir a proposta de OLT que a FUP apresentará à Petrobrás na sexta-feira (17).

Aumento real

A Petrobrás tem plenas condições de atender o reajuste de 13,21% reivindicado pelos petroleiros: 7,82% da reposição do ICV/DIEESE e 5% de aumento real. Apesar dos recordes de produção e lucratividade, a empresa reserva apenas 1,65% de seus

ativos totais para as despesas com pessoal. Enquanto isso, a Petrobrás já desembolsou R\$ 400 milhões dos R\$ 560 milhões provisionados em 2002 e 2003 para cobrir o rombo que as empresas terceirizadas deixaram com o INSS.

A FUP frisou na mesa de negociação que a reposição do ICV é direito da categoria (ativa e aposentados), consagrado no acordo passado e que deve continuar sendo atendido pela empresa. A luta dos petroleiros, portanto, é por aumento real, reivindicação que tem sido conquistada por várias categorias, inclusive no setor público.

Petros

A FUP deixou claro que só fechará o acordo coletivo se a Petrobrás resolver na mesa de negociação a situação dos trabalhadores novos que continuam sem plano de previdência (inclusive o reconhecimento por parte da empresa de todo o serviço passado), assim como o fim do limite de idade para aposentadoria do grupo 78/79, tratamento isonômico para os aposentados que não migraram para o PPV e cálculo e pagamento corretos das pensões.

A Petrobrás, no entanto, continua sem resolver as pendências da Petros alegando que estão diretamente relacionadas ao saldamento do Plano Petros.

Novo plano - Após a conclusão do Grupo de Trabalho de Previdência Complementar, a Petrobrás passou a conduzir a portas fechadas a formatação de um novo plano de previdência e uma proposta de saldamento do Plano Petros que serão apresentadas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A FUP discordou da forma unilateral com que a empresa passou a discutir a Petros, sem envolver os trabalhadores, e cobrou que o novo plano seja primeiro apresentado ao movimento sindical para só então ser encaminhado à direção da empresa. É inadmissível que até agora as propostas do GTPC não tenham sido implementadas pela

Petrobrás, deixando os trabalhadores ainda sem perspectivas em relação à Petros.

OLT

Conforme entendimento na reunião de negociação do dia 10, a FUP apresentará à Petrobrás nesta sexta-feira (17) o Termo Aditivo ao ACT, com a proposta da categoria de Organização por Local de Trabalho. Reivindicação histórica dos petroleiros e da CUT, a OLT é prevista pela Convenção 135 da Organização Internacional do Trabalho e é um dos principais pontos da reforma sindical que está sendo discutida pelo Congresso Nacional.

A OLT reivindicada pela FUP para ser garantida e regulamentada no Acordo Coletivo é baseada na proposta defendida pela CUT no Fórum Nacional do Trabalho e cujo embate, lamentavelmente, levou os empresários a se retirarem da mesa de negociação. A proposta foi respaldada pelo governo e, portanto, não há motivos para que a Petrobrás se negue a atender este pleito histórico dos petroleiros.

Anistia

Apesar do relato da FUP de todas as pendências não resolvidas em relação aos processos de anistia e reintegração, a Petrobrás continua alegando que está cumprindo todas as determinações legais. A empresa insiste, também, em não reconhecer sua responsabilidade diante das demissões arbitrárias dos trabalhadores das ex-subsidiárias Petroflex e Nitroflex.

A Federação esclareceu que o governo Collor demitiu 516 petroleiros destas subsidiárias antes mesmo de ter iniciado o processo de privatização. Foram, portanto, demissões arbitrárias, impostas na época pela direção da Petrobrás, sem respeito algum aos direitos destes trabalhadores de estabilidade e garantia no emprego.

Consulte na página da FUP os Informes e atas das reuniões de negociação

Reflexos dos dias parados: Petrobrás discrimina aposentados e ex-empregados. FUP exige cumprimento do acordo da PLR 2003

Parece reprise de filme de terror: o fantasma do acordo da PLR 2001, vergonhosamente descumprido pelo então presidente da Petrobrás, o banqueiro Francisco Gros, volta a pairar sobre os petroleiros. A impressão de já ter visto esse filme antes tomou conta da categoria após o RH da Petrobrás ter anunciado sexta-feira passada (10) a forma de pagamento dos reflexos sobre os dias parados nas greves de 94 e 95.

Apesar do presidente da empresa, José Eduardo Dutra, ter assegurado a todos os trabalhadores, através do Termo Aditivo ao Acordo da PLR 2003, que pagaria ainda este ano (2004) os reflexos referentes ao ATS, férias, gratificação de férias e 13º, não foi este o entedimento do RH ao informar à FUP e aos sindicatos como efetuará o pagamento. A empresa, além de querer arrastar por até 24 meses a gratificação

das férias devidas aos trabalhadores punidos, ainda deixou de fora do acordo os aposentados e empregados afastados da companhia.

O levantamento da Petrobrás inclui apenas os atuais trabalhadores da ativa, que, segundo a empresa, somam 18.299 empregados. Ou seja, além de descumprir o acordo de PLR assinado em julho, o RH intensifica ainda mais a sua política discriminatória, desrespeitando os aposentados arbitrariamente punidos nas greves de 94 e 95, assim como os trabalhadores demitidos e afastados da empresa. A FUP rejeitou na mesa de negociação a forma proposta para pagamento dos reflexos e exigiu o cumprimento do que foi acordado há dois meses com os trabalhadores. A Federação encaminhará documento ao presidente José Eduardo Dutra, cobrando o cumprimento do acordo.

Bancários e metalúrgicos conquistam aumento real

Após os trabalhadores dos Correios, mais outras duas expressivas categorias em campanha neste semestre conquistaram aumento real. Os metalúrgicos aprovaram o reajuste de 10% proposto pelas montadoras para salários básicos de até R\$ 6mil. Acima disso, haverá reposição da inflação e incorporação de R\$ 600 aos salários, quebrando, assim, a velha política de abono.

Os metalúrgicos também conquistaram no acordo o controle de horas extras, limitadas a 275 horas anuais e a 29 horas mensais. O que passar disso, terá acréscimo entre 75% e 130%. Outra conquista da categoria é a cláusula que obriga as montadoras a só contratarem empresas terceirizadas que res-

peitem as legislações trabalhista e previdenciária, além das normas de segurança e saúde. Os metalúrgicos lutam agora para que o acordo com as autopeças siga os mesmos preceitos.

Os bancários pela primeira vez garantem aumento real para os setores privado e público. A proposta dos bancos é de 8,5% de reajuste e R\$ 30 fixos para quem recebe até R\$ 1.500. Isto representa um impacto de 12,77% sobre o piso da categoria - R\$ 702,66. Outra conquista desta campanha é o vale-alimentação extra no final do ano no valor de R\$ 217, além da antecipação de 60% da PLR após a assinatura do acordo. A CNB/CUT indicou a aprovação da proposta, que está sendo analisada nas assembleias.

Químicos também estão na luta

Os trabalhadores do ramo químico também estão em campanha, lutando por aumento real. Na Bahia, a categoria rejeitou a proposta de 4,5% apresentado pelo Sinpeq (sindicato patronal). Os trabalhadores reivindicam a reposição

da inflação pelo ICV e aumento real através da incorporação de R\$ 500 aos salários. Em São Paulo, os químicos ligados à CNQ/CUT apresentarão a pauta de reivindicação à FIESP na próxima segunda-feira (20).

FIQUE DE OLHO

FUP solicita à OAB que conteste os leilões realizados pela ANP

A FUP solicitou ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que ingresse com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao STF contestando os leilões de áreas petrolíferas realizados pela ANP. A solicitação foi encaminhada em caráter de urgência à Comissão de Estudos Constitucionais da OAB. A FUP já ingressou na condição de *amicus curiae* (terceiro que intervéem a favor em um processo) na ADIN 3273 já em tramitação no STF, onde o governo do Paraná questiona a constitucionalidade de vários pontos da Lei Federal 9.478/97, a chamada Lei do Petróleo. A ADIN deve ser julgada ainda este mês.

Petroleiros protestam em visita de Lula e Dutra à REPLAN

A sexta rodada de licitação, realizada pela ANP nos dias 17 e 18 de agosto, e a campanha reivindicatória dos petroleiros foram os principais destaques da manifestação realizada pelos sindicatos Unificado de São Paulo e do Litoral Paulista, durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de José Eduardo Dutra à Replan, no dia 14, para inauguração do novo setor de Coque da refinaria. A FUP também participou da mobilização e cobrou uma reunião com o presidente Lula para discutir a política governamental para o setor petróleo.

TST condena mineradora por não pagar horas in itinere

O TST condenou uma mineradora fluminense a pagar o período de deslocamento de um ex-empregado até o seu local de trabalho. O relator do processo, ministro Luciano de Castilho, concluiu que o empregado gastava 16 minutos para ser transportado de trem ou de lancha até à mineradora, perfazendo um total de 32 minutos por dia, que deveriam ser remunerados como horas *in itinere*.